

## CULTURA: UMA SÍNTESE SOBRE CONCEITOS E SUAS DIMENSÕES NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Cleber Meneses<sup>1</sup>

**Resumo:** Quando nos referimos à cultura vem um turbilhão de ideias e conceitos que nos permite dar várias interpretações, algumas mais restritas, outras mais amplas, o que torna ainda mais complexo quando se pensa diretrizes políticas para esse campo, pois nesse caso evoca a transversalidade e foge da esfera da administração cultural. O primeiro passo para discutirmos de que forma o governo tem agido e planejado suas ações, é detectar qual o conceito de cultura que eles adotaram para servir como baliza para nortear a execução de sua política. Tendo a dimensão adotada de forma clara, podemos reconhecer os impactos que essa escolha proporciona no planejamento das ações políticas.

**Palavras-chave:** políticas culturais, conceito de cultura, dimensão da cultura.

Devido à polissemia do conceito de cultura e por se tratar de um tema que evoca interesses multidisciplinares, a cultura vem sendo estudada em antropologia, filosofia, sociologia, semiótica, história, geografia, comunicação, economia, dentre outras. Em cada ciência dessa um novo enfoque é adotado. A palavra cultura vem da raiz semântica *colore*, que originou o termo em latim cultura, de significados diversos como habitar, cultivar, proteger, honrar com veneração (Williams, 2007, p.117).

Existem pesquisadores e estudiosos que consideram que a ideia antropológica (dimensão ampliada da cultura), segundo a qual cultura é tudo, é inviável para os estudos de cultura e a prática da política cultural, tendo em vista que quando um objeto

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia - UFBA. E-mail: cleber.cultura@gmail.com.



de estudo ou de planejamento ganha dimensões infinitas, torna-se praticamente impossível dar conta desse objeto por mais inúmeras ferramentas que possua. Mesmo assim, muitos gestores adotam como base para nortear suas políticas essa dimensão ampliada da cultura, com no caso do Brasil temos exemplos emblemáticos, Mário de Andrade em sua gestão no Departamento de Cultura de São Paulo e Gilberto Gil na sua passagem pelo Ministério da Cultura.

Na filosofia o homem e o material do trabalho interagem por uma necessidade histórica e representa todo o movimento de produção em seu caráter social e universal (Marx, 1993). Marx traz a sociabilidade humana como uma expressão de toda atividade social do homem, comunitária ou individual. Portanto, na sociedade capitalista Marx tem a atividade social como fator fundante do homem como ser social e é essa produção humana que irá gerar diferentes formas culturais de ser e viver, ocasionando transformações no campo cultural.

Sendo assim, a cultura sofre mudanças constantes devido ao movimento social das classes estabelecidas no sistema capitalista através das lutas e divisões internas. Tanto o caráter ideológico quanto a alienação são determinações que interferem no desenvolvimento dos processos culturais do indivíduo e estão presentes no contexto desta sociedade.

Ainda na filosofia, Gramsci, traz em sua teoria a carga do socialismo russo, em um primeiro momento, introduz uma perspectiva tradicional de cultura, onde esta se refere à educação como atividade do espírito, como unidade de consciência e autoconhecimento humano. No desenvolvimento da sua produção, entretanto, percebemos em Gramsci, não um abandono, mas uma ampliação desta concepção, a qual passa a ser relacionada com todo o processo histórico, em seus elementos políticos, sociais e econômicos que, para ele, constituem-se inseparavelmente. Esta nos parece ser a compreensão hegemônica de cultura na orientação gramsciana e que se aproxima muito da concepção antropológica já discutida acima.

Em “*Socialismo e Cultura*”, de 29 de janeiro de 1916, Gramsci trabalha com uma oposição entre duas concepções de cultura. Uma delas aborda a cultura como um “saber enciclopédico”, como uma capacidade de acumular dados que faz com que certas pessoas acreditem ser superiores ao resto da humanidade, através de um “intelectualismo deletério”. Evidentemente, Gramsci se opõe a esta concepção, e defende a compreensão do termo cultura como um processo de autodomínio e de

autoconhecimento que seria a base de uma consciência crítica unitária, uma “nova cultura”.

Amadurecendo seus estudos sobre a concepção de cultura, Gramsci afirma que a cultura não se forma no homem, enquanto indivíduo ou inserido em uma coletividade, por uma evolução espontânea, por ações e reações independentes da própria vontade. O homem é uma criação histórica e só como tal pode adquirir a mencionada consciência crítica, que é a base da cultura.

Da semiótica trazemos o conceito de cultura nesta descrição feita por Nöth:

“Cultura é assim um sistema de dois espaços relacionados a dois níveis de semiose cultural. Um é o espaço textual criado nas artes, mitos, códigos, sociais ou ideologias; o outro, o espaço meta-textual criado na forma de auto-descrições culturais. O prefixo “meta” referente a este último espaço deixa transparecer a idéia de um espaço semiótico separado num nível mais elevado, mas as duas semiosferas da cultura e auto-descrição cultural não existem como espaços separados; ao contrário, um está incluído dentro do outro, como as bonecas russas encaixadas umas nas outras.” (Machado, 2007 p. 92)

Sendo assim, podemos fazer uma aproximação desse conceito de cultura formulado por Nöth com a dimensão ampliada da cultura. Como na semiosfera, a cultura é um sendo um sistema auto-referente que é formado por uma estrutura que constitui e cria a cultura, o que supera a concepção de cultura apenas enquanto educação formal e artes. Sendo que esta concepção mais ampla da cultura segue como premissas de planejamento das políticas públicas da cultura do Ministério da Cultura na gestão de Gilberto Gil, sendo uma das principais características do objeto de estudo desta dissertação e o ponto de encontro que irá nortear toda discussão, então será o viés a ser trabalhado ao longo deste estudo.

Então para entendermos um pouco mais sobre as dimensões da cultura, referencio-me no artigo<sup>2</sup> de Isaura Botelho que promove um diálogo e nos traz a distinção entre as duas dimensões, a ampliada (antropológica) e a restrita (sociológica):

---

<sup>2</sup> BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura e Políticas Públicas**. São Paulo, Perspectiva: 2001.

(...) a Dimensão sociológica não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. (Botelho, 2001).

Nessa dimensão mais restrita podemos dizer que ela se resume ao campo das artes, com suas demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas específicas, sendo a dimensão mais palpável para se criar políticas públicas. Já na dimensão antropológica (dimensão ampliada):

(...) a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, onde estes elaboram seus modos de pensar e sentir, seus valores, e encontram um espaço para a construção e manejo de suas identidades e de suas diferenças. Neste plano, pode-se dizer que a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz tanto em nível simbólico quanto material. Ele é também essencialmente o espaço da qualidade de vida e do exercício da cidadania. (BOTELHO, 2001)

Nesta perspectiva, entende-se a cultura como algo além das expressões artísticas, como o todo social, como o conjunto de ações humanas que compõe o cotidiano, os hábitos, os costumes, as relações de gênero, as regionalizações, enfim, como a sociedade se relaciona tanto com o simbólico quanto com os elementos materiais que estão a sua volta.

Avaliando estas duas dimensões, percebe-se que para formulação de políticas públicas o meio mais fácil seria adotar a dimensão restrita, tendo em vista que reflete um cenário mais palpável, formado por instituições, por técnicas e por profissionais que torna possível a criação de um diagnóstico e de estratégias que possibilitem gerar políticas de democratização dessa produção cultural, proporcionando vislumbrar um público consumidor dos bens culturais.

É então que, uma experiência já preconizada por Mário de Andrade aqui no Brasil, quando assume o Departamento de Cultura do Estado de São Paulo, na década de 30, inaugura no Brasil o trabalho da gestão sob a concepção mais ampliada da cultura. Esta visão ampliada do conceito de cultura também foi utilizado por Aloisio Magalhães, ainda durante o regime militar, quando trabalhava no departamento de cultura do Ministério da Educação e Cultura - MEC, podendo ser vista também no

discurso e ações do Ministério da Cultura desde a gestão de Gilberto Gil, que é um reflexo e exemplo da dimensão antropológica da cultura.

Os gestores culturais têm sofrido com o processo de implementação de políticas públicas culturais que respondam as expectativas de fomento e valorização da diversidade, tendo em vista que trabalha com uma transversalidade tão grande, com especificidades e particularidades diversas, que torna tão complexo este objeto.

Ter uma política que tenha que pensar e contemplar os costumes, os hábitos, as artes e as identidades, sendo que dentro de cada item deste existe uma segmentação próxima do infinito, é o grande desafio de se trabalhar com a dimensão antropológica da cultura, correndo o risco de frustrações, já que esta dimensão ampliada da cultura não é uma responsabilidade do gestor cultural, mas sim, da administração pública em geral, como relata Botelho:

De qualquer forma, uma política cultural que defina seu universo a partir do pressuposto de que “cultura é tudo” não consegue traduzir a amplitude deste discurso em mecanismos eficazes que viabilizem sua prática. Por isso mesmo, torna-se imprescindível reconhecer os limites do campo de atuação, de forma a não serem criadas ilusões e evitando que os projetos fiquem apenas no papel, reduzidos a boas intenções. (BOTELHO, 2001)

Esta dimensão é um desafio para a política pública em geral, pois demanda uma maior integração entre os diversos segmentos da administração pública, onde a cultura precisa ser vista como necessária, sendo um importante instrumento de desenvolvimento socioeconômico que perpassa por todos os setores da administração pública. Portanto, a dimensão antropológica da cultura extrapola os limites de responsabilidade da gestão cultural e passa a integrar a responsabilidade governamental geral, em um cenário que necessita de uma integração maior entre todos para promoção de um único objetivo: a qualidade de vida.

Uma política cultural que queira cumprir a sua parte tem de saber delimitar claramente seu universo de atuação, não querendo chamar a si a resolução de problemas que estão sob a responsabilidade de outros setores de governo. Ou seja, ela participará de um consórcio de instâncias diversificadas de poder, precisando, portanto, ter estratégias específicas para a sua atuação diante dos desafios da dimensão antropológica. (BOTELHO, 2001)

Para se enfrentar tamanho desafio, podemos recorrer à filosofia da douda ignorância de Nicolau de Cusa através da releitura feita por Boaventura, que traz como ideia central que o importante não é saber, mas saber que se ignora. Esta premissa pode servir pelo menos para amenizar e esclarecer melhor que a exigência que a cultural no sentido amplo lhes impõe, não é uma responsabilidade exclusiva da política cultural, mas das políticas públicas no geral.

A designação “douda ignorância” pode parecer contraditória, pois o que é doudo é, por definição, não ignorante. A contradição é, contudo, aparente já que ignorar de maneira douda exige um processo de conhecimento laborioso sobre as limitações do que sabemos. Em Nicolau de Cusa há, por assim dizer, dois tipos de ignorância douda, que sabe que ignora, e a ignorância douda, que sabe que ignora o que ignora. (SANTOS, 2008)

Nessa perspectiva, quando vemos ações do Estado que tentam sair da democratização da cultura para democracia cultural<sup>3</sup>, através de suas conferências, fóruns e consultas públicas, editais específicos para cada segmento da cultura e premiações, podemos considerá-lo um doudo ignorante, tendo em vista que é uma forma de reconhecer que não sabe tudo, que precisa do apoio dos diversos atores sociais para pensarem sobre ações a serem tomadas bem como reconhecer que dentro da diversidade de culturas há uma diversidade de atores, que não se trata de um público homogêneo e que a cultura vai além do erudito e artístico. Reconhecer que quem pode trazer um novo

---

<sup>3</sup> As políticas de democratização pressupõem ainda que os principais problemas que impedem as camadas populares de ter acesso a esta cultura seriam, basicamente, a falta de espaços culturais que a veiculem ou ainda os altos custos do ingresso nestes equipamentos. Soma-se a isto o fato de se pressupor que o simples contato do público (também este visto como único, homogêneo) com as obras é suficiente para que se estabeleça uma relação de empatia duradoura entre eles.

No entanto, todas as políticas que investiram pesadamente nesse paradigma não foram bem sucedidas. (...) Como resultado, verificou-se que, na verdade, estas políticas privilegiam aqueles que já são consumidores destas práticas, e que, em função dos subsídios dados pelos poderes públicos passam a ir mais ao teatro, compram mais livros, assistem a mais concertos e assim por diante.

(...) Desta forma, chegou-se a um novo paradigma: são as políticas que têm como foco a democracia cultural, que ao contrário da anterior, têm por princípio favorecer a expressão da diversidade cultural. Ao invés de concentrar todo o esforço na condução de todos às mesmas fontes (museus, concertos, por exemplo), ela deve fornecer aos diversos segmentos da população os meios de desenvolvimento de expressões que, dialogando ou não, com a cultura tradicional, estejam em sintonia com suas próprias necessidades e exigências. A democracia cultural pressupõe a existência não de um público único e uniforme, mas de vários públicos, no plural, com suas necessidades, suas aspirações próprias e seus modos particulares de consumo e fruição. Nesta nova perspectiva abandona-se uma visão unidirecional, terreno de certezas, onde se sabia que cultura deveria ser privilegiada, assumindo o universo da diversidade cultural, isto tanto no fazer quanto na recepção deste fazer. (Botelho, I.. Democratização cultural: Desdobramentos de uma ideia. Disponível em: <<http://www.blogacesso.com.br/?p=66>>, acesso em 17 de abril de 2012.)

olhar sobre as particularidades dos indígenas são eles mesmos; quem pode definir o que é melhor para cultura popular são seus próprios produtores; quem conhece mais sobre o que as culturas urbanas precisam para se fortalecer são os indivíduos que estão inseridos nesse processo e assim por diante, o torna um douto ignorante.

O Estado precisa fomentar, mas quem tem que demandar, produzir e dizer o que necessita é a sociedade. O Estado precisa regulamentar o campo cultural, mas tem que levar em consideração todo conhecimento da sociedade nesses processos de democratização, para que se aproxime ao máximo da real necessidade. Da mesma maneira, a sociedade tem que ser douto ignorante e reconhecer que há técnicas e elementos no contexto social, que ela não detém o conhecimento e que é necessário se aprimorar e se apropriar para entrar no campo competitivo dos editais públicos, que apesar de ser uma ferramenta que leva a uma situação aproximada de democracia cultural, ainda possui seus gargalos burocráticos.

## **Referências**

BEZERRA, Cristina S. **A construção da concepção de cultura em Antonio Gramsci: uma análise da produção pré-cárcere.** Disponível em: [http://www.nufipeuff.org/seminario\\_gramsci\\_e\\_os\\_movimentos\\_populares/trabalhos/Cristina\\_Simoes\\_Bezerra.pdf](http://www.nufipeuff.org/seminario_gramsci_e_os_movimentos_populares/trabalhos/Cristina_Simoes_Bezerra.pdf), consultado em 17 de abril de 2012.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura e Políticas Públicas.** São Paulo, Perspectiva: 2001.

BOTELHO, Isaura. **Democratização cultural: Desdobramentos de uma ideia.** Disponível em: < <http://www.blogacesso.com.br/?p=66>>, acesso em 17 de abril de 2012).

MACHADO, Irene (org.). **Semiótica da Cultura e Semiosfera.** São Paulo: Fapesb, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos. Textos escolhidos.** Lisboa: Edições 70, 1993.

SANTOS, Boaventura de S. (2008). **A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascoal.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, 11-43.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade.** Tradução de Sandra Gardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.